Clipping

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias do dia 13 de janeiro

DIREITO & JUSTIÇA

Ponto de informações

FERIADOS

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás divulgou o calendário de feriados e pontos facultativos em 2020. Serão 15 feriados, contando os que caíram aos sábados e domingos, e cinco pontos facultativos, formando grandes pausas no trabalho. O cronograma deve ser seguido por outros órgãos públicos dos três poderes.

Comentários de Altair Tavares

TAGS: Educação, TCE-GO, Estado de Goiás, Seduc

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2020/01/14/RDIOBANDEIRANTESAM820GOINIAGO-09.21.27-09.34.15-1579007829.mp3

Maioria das escolas públicas de GO tem biblioteca, mas apenas 32% contam com laboratório de ciências

Um estudo apresentado pelo Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) detalhou a estrutura de escolas públicas de ensino fundamental e médio goianas.

O levantamento foi extraído do Censo Escolar 2018 (Inep/MEC) e compara também as estruturas com as escolas privadas. A intenção é dar informações para que órgãos de controle possam fiscalizar a situação das redes de ensino. Em Goiás, o **Tribunal de Contas do Estado** (TCE-GO) fiscaliza a estrutura do ensino médio. Ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO) cabe avaliar escolas de ensino fundamental.

A pesquisa também identifica falta de itens relevantes para o adequado aprendizado. São eles: bibliotecas e laboratórios, internet, espaços de lazer, esportes e acessibilidade.

Ensino Médio

Na comparação com o resto do Brasil, as escolas goianas de ensino médio estão bem situadas em relação à existência de bibliotecas ou salas de leitura e internet. Conforme o levantamento, 91% das unidades contam com espaços para leitura ou bibliotecas, enquanto a média nacional é de 86%. Minas Gerais lidera a estatística, com 96%.

A internet é disponibilizada em 97% das escolas públicas goianas, enquanto no Brasil o dado cai para 94%.

Goiás fica abaixo da média nacional em três quesitos. A pesquisa mostra que 73% das escolas brasileiras possuem quadras de esporte; no estado, 72% gozam dessa estrutura. O número de unidades com laboratório de informática também fica aquém. Enquanto o país tem 82% de média, as escolas goianas ficam com 72%.

Unidades equipadas com laboratório de ciências apresentam o pior índice de Goiás no levantamento. Apenas 32% das escolas no estado são contempladas. No Brasil, a média é de 39%.

57% das escolas goianas são consideradas acessíveis, enquanto o dado é de 45% no patamar nacional. Em Goiás, 60% das unidades contam com pátio coberto, contra 59% da média brasileira.

Avaliação público x privada

No geral, as escolas privadas, como mostra a pesquisa, costumam apresentar estruturas mais completas aos estudantes. A desagregação dos números entre escolas das redes pública e privada identifica um maior percentual de escolas públicas desprovidas de estruturas, como laboratório de ciências e biblioteca no país.

No entanto, há estados que apresentam realidades similares nos dois grupos de escolas, públicas e privadas, em termos de quantidade de escolas que oferecem determinada estrutura a seus alunos. Por exemplo, Goiás, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Paraná e Minas Gerais dispõem de biblioteca aos alunos em mais de 90% dos estabelecimentos.

Dos quesitos avaliados, as escolas públicas do ensino médio só ganham das particulares em Goiás em acessibilidade (76% contra 73%) e laboratórios de informática (72% contra 61%). Nos demais, a vantagem sempre é do ensino privado.

Confira os dados comparativos no gráfico abaixo (média Brasil x média Goiás)

Site: http://diariodegoias.com.br/noticias/207-educacao/124279-maioria-das-escolas-publicas-de-go-tem-biblioteca-mas-apenas-32-contam-com-laboratorio-de-ciencias

Sinpol aciona Justiça para pagamento de promoção

DIREITO E JUSTIÇA

Sinpol aciona Justiça para pagamento de promoção

O Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Goiás (Sinpol) ajuizou Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer com Cobrança em face do Estado de Goiás, para garantir aos policiais civis do Estado de Goiás o cumprimento do artigo 83 da Lei Orgânica da Policia Civil do Estado de Goiás que determina a realização da promoção dos policiais civis uma vez ao ano sempre no mês de julho. A ação, assistida pelo escritório Bruno Pena Advogados Associados, tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual. Nos autos, o sindicato alega que a promoção que deveria ocorrer no mês de julho do ano passado não ocorreu até hoje. "Sem qualquer justificativa, a promoção não ocorreu, causando prejuízos incontestáveis aos vários policiais que aguardam sua merecida ascensão na carreira", explicou a advogada Camila Dufrayer Coelho Silveira.

Penhora suspensa

A desembargadora Silene Aparecida Coelho, da 9ª Vara do Trabalho de Goiânia, suspendeu a penhora dos bens do Vila Nova Futebol Clube em ação movida por jogadores. O clube não cumpriu um acordo trabalhista com o lateral esquerdo Hélder. A justificativa do clube, que foi aceita pela Justiça, foi que o prazo para que o Vila se manifestasse sobre o descumprimento do acordo não tinha acabado na data do despacho.

70 sugestões

O Conselho Nacional de Justiça recebeu 70 sugestões, sendo a maioria (67) de magistrados e tribunais, a respeito da implementação da Lei 13.964/19 no Poder Judiciário. O juiz de garantias é alvo de muita polêmica, o que provocou a criação de um grupo de estudo para analisar a nova norma sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Pedidos

Entre os pedidos, segundo o CNJ, estão a criação de varas regionalizadas, nas quais os magistrados atuem somente como juiz de garantias; digitalização dos processos físicos; instituição de um departamento para tramitação de inquéritos policiais nas sedes das circunscrições judiciárias; realização de audiências, principalmente de custódia, por videoconferência e prorrogação do prazo de implementação. O Conselho também divulgou que algumas propostas pedem a autonomia dos tribunais de Justiça para organizar e regulamentar a implementação da norma. O grupo de trabalho analisa todas as sugestões. O prazo para a divulgação do levantamento sobre os efeitos da aplicação da nova lei termina amanhã.

Ponto de Informações

Feriados

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** divulgou o calendário de feriados e pontos facultativos em 2020. Serão 15 feriados, contando os que caíram aos sábados e domingos, e cinco pontos facultativos, formando grandes pausas no trabalho. O cronograma deve ser seguido por outros órgãos públicos dos três poderes.

Cirurgia garantida

Um bebê de 5 meses com invaginação intestinal vai realizar uma cirurgia de urgência e internação na UTI com tudo pago por um plano de saúde, que chegou a recusar os procedimentos alegando período de carência. A decisão judicial foi obtida após a família, moradora de Inhumas, procurar a Defensoria Pública do Estado. "A lei estabelece que o período de carência para fazer jus ao tratamento emergencial é de 24 horas - já ultrapassado pelo autor quando do evento, posto que aderiu ao plano de saúde da requerida há quatro meses", argumentou o defensor público Jordão Mansur Pinheiro.

Site:
https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/direito-justiça-1.145046/sinpol-aciona-justiça-para-pagamento-de-promoção-1.1972201

Tribunais de Contas apresentam estudo sobre estruturas das escolas públicas

Publicado em jan 14, 2020

Números dizem respeito a escolas do ensino fundamental e médio

As escolas públicas de ensino fundamental e médio goianas estão dentro da média nacional. Essa é uma das análises que se pode depreender do relatório elaborado pelo Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), com dados pormenorizados da infraestrutura das escolas em todo o Brasil. A intenção é oferecer subsídios para que os órgãos de controle possam fiscalizar a situação dessas redes de ensino. Em Goiás, é o **Tribunal de Contas do Estado** (TCE-GO) quem fiscaliza a estrutura do ensino médio, cabendo ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO) avaliar as escolas de ensino fundamental.

O levantamento, extraído do Censo Escolar 2018 (Inep/MEC), traz uma comparação com as estruturas das escolas privadas e permite identificar a falta de itens relevantes para o adequado aprendizado das crianças e jovens, tais como bibliotecas e laboratórios, internet, espaços de lazer, esportes e acessibilidade. O trabalho possibilita uma comparação dos números por estados e regiões.

O estudo parte do princípio de que estruturas adequadas em escolas da educação básica são imprescindíveis para proporcionar o crescimento e o aprendizado dos estudantes, reconhecendo que algumas são mais relevantes em determinadas etapas do ensino, outras precisam estar contempladas em todas as escolas, independentemente de atenderem alunos da educação infantil, ensino fundamental ou médio. Por exemplo, enquanto laboratórios de ciências não são tão úteis às crianças da pré-escola, eles são imprescindíveis para o desenvolvimento cognitivo de crianças e jovens em etapas de ensino mais avançadas. Por outro lado, acessibilidade precisa estar presente em todas as escolas, de todas as séries.

NÚMEROS DO ENSINO MÉDIO

As escolas goianas do ensino médio estão bem situadas no que se refere à existência de bibliotecas ou salas de leituras e internet. Os números mostram que 91% das unidades públicas possuem bibliotecas ou salas de leitura em Goiás, contra uma média nacional de 86%. Em Minas Gerais, o campeão nesse quesito, são 96% escolas, enquanto no Acre, o pior índice, ficou com 30%.

A rede mundial de computadores já está presente em 95% das escolas no Brasil, e 20 dos 27 estados (incluindo Goiás) já a disponibilizam em mais de 90% de seus estabelecimentos de ensino médio. O estado que destoa é o Acre, com menos da metade de suas escolas com internet.

Mais de três quartos das escolas de ensino médio já tem laboratório de informática. O Acre se destaca negativamente nesse quesito, vez que apenas 30% de seus estabelecimentos de ensino dispõem dessa estrutura, enquanto Goiás está um pouco abaixo da média nacional, com 72%.

O laboratório de ciências está presente em menos da metade das escolas brasileiras que oferecem turmas de ensino médio aos alunos. Em Roraima, Tocantins, Acre e Amapá, não chega a 25% das escolas. Em Goiás, o índice é de 32%.

PÚBLICO X PRIVADO

No geral, as escolas privadas costumam apresentar estruturas mais completas aos estudantes. A desagregação dos números entre escolas das redes pública e privada identifica um maior percentual de escolas públicas desprovidas de estruturas, como laboratório de ciências e biblioteca no país.

No entanto, há estados que apresentam realidades similares nos dois grupos de escolas, públicas e privadas, em termos de quantidade de escolas que oferecem determinada estrutura a seus alunos. Por exemplo, Goiás, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Paraná e Minas Gerais dispõem de biblioteca aos alunos em mais de 90% dos estabelecimentos.

Dos quesitos avaliados, as escolas públicas do ensino médio só ganham das particulares em Goiás em acessibilidade (76% contra 73%) e laboratórios de informática (72% contra 61%). Nos demais, a vantagem sempre é do ensino privado.

A conclusão do estudo do Instituto Rui Barbosa, órgão responsável por pesquisas, capacitações, encontros e

debates dos tribunais de contas do Brasil, é de que há espaço para melhorar a estrutura das escolas, de forma a atender adequadamente as necessidades dos estudantes. As deficiências nos espaços escolares são ainda mais preocupantes quando o foco recai apenas nas escolas da rede pública e em estados mais ao norte do país.

Diretoria de Comunicação Social

Tribunal de Contas do Estado de Goiás

Site:
http://www.atricon.org.br/imprensa/noticias/tribunais-de-contas-apresentam-estudo-sobre-estruturas-das-escolas-publicas/



Fio Direto

HELTON LENINE heltonlenine@gmail.co

Governo não deseja que a Saneago se torne a nova Celg

Quando o processo para salvar a Celg estava quase concluído, o novo governo (Marconi Perillo) que assumiu em 2011, rechaçou o acordo proposto por Alcides Rodrigues e apresentou uma nova proposta, que deu o controle da empresa para a Eletrobras. Deu no que deu. Agora, o ex-governador Marconi Perillo repete o discurso dizendo que a Saneago deve ser privatizada em mais de 50%. Para não repetir o erro do ex-governador, o atual, Ronaldo Caiado, só irá colocar 49% das ações à venda, mantendo o controle da empresa com o estado.

Projeto proíbe cobrança de taxa de religação de energia em Goiás

Thyélen Lorruama

Um projeto de lei apresentado na **Assembleia Legislativa de Goiás** (Alego) propõe o fim da cobrança da taxa de religação de energia no estado . A proposta estabelece também prazo máximo de seis horas para reestabelecimento do serviço, após a comprovação do pagamento.

Segundo a matéria, o consumidor pode informar o pagamento do débito no ato da religação ou na sede da concessionária. Além disso, a informação sobre a gratuidade do serviço deverá constar na fatura da unidade consumidora. Em caso de descumprimento, a empresa fornecedora de energia pode receber multa de R$ 1 mil por ocorrência.

De autoria do deputado e presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSDB) , o projeto defende "os serviços de fornecimento de energia elétrica são essenciais à população, e o atual modelo de cobrança contraria os direitos básicos garantidos em Lei, previstos no art. 22 do Código de Defesa do Consumidor".

Na justificativa, Lissauer pontuou ainda que "a cobrança da taxa ou tarifa de religação é uma forma enriquecimento ilícito, uma vez que só a empresa pode fazer a religação".

O projeto foi encaminhado à Diretoria Parlamentar e deve ser analisado pelo colegiado da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) no retorno dos trabalhos parlamentares após ao recesso.

A Enel Distribuição Goiás (antiga **Celg** D) deve restabelecer a religação de urgência em todos os municípios do estado , de acordo com liminar favorável ao Ministério Público de Goiás (MP-GO), Defensoria Pública de Goiás (DPE-GO) e Superintendência Proteção aos Direitos do Consumidor de Goiás (Procon-GO). O serviço está interrompido desde novembro de 2018, exceto na capital.

Segundo ação civil pública do MP-GO, em parceria com a DPE-GO e Procon, o retorno da religação para todo o estado é "pedir nada mais do que o cumprimento das normas constitucionais na vertente do direito à vida, princípio da dignidade da pessoa humana e princípio da isonomia. A decisão foi do juiz Nickerson Pires Ferreira, da 17ª Vara Cível e Ambiental de Goiânia.

Notícias Relacionadas:

RÁDIO ELDORADO ONLINE - GO
Projeto proíbe cobrança de taxa de religação de energia em Goiás
TV SERRA DOURADA ONLINE - GO
Projeto proíbe cobrança de taxa de religação de energia em Goiás

Site: https://diaonline.ig.com.br/2020/01/14/projeto-proibe-cobranca-de-taxa-de-religacao-de-energia-em-goias/

GIRO



Caio Henrique Salgado
caio.salgado@opopular.com.br

Depois

A Agência Nacional de Energia Elétrica e a Enel pediram adiamento dos prazos para responder as solicitações do MPF. Tinham 30 dias e o prazo de envio das respostas venceu no dia 6 de janeiro.

Demora

A Aneel afirmou que as áreas técnicas responsáveis estão reunindo informações. A Enel justificou que um grande volume de informações e documentos está em análise por técnicos e advogados da empresa.

Escuro

Filha do governador Ronaldo Caiado, a advogada Anna Vitória Caiado usou o Instagram para reclamar que ficou sem luz no domingo.

Enquanto isso...

Contratadas pela Enel, digital influencers goianas foram ao Instagram para elogiar o novo modelo de boleto. Além de melhorar sua imagem, a empresa quer impulsionar o uso da internet para o pagamento de contas de energia.

AGR conta com apenas três técnicos para fiscalizar Enel

A Agência Goiana de Regulação conta com uma equipe de apenas três engenheiros para fiscalizar a atuação da Enel no Estado. A informação consta em resposta que a autarquia deu ao Ministério Público Federal no âmbito do processo instaurado em dezembro para apurar a qualidade dos serviços prestados pela concessionária. Uma das perguntas feitas pelo MPF foi sobre o tamanho da equipe responsável por fiscalizar a empresa italiana Diante do questionamento, a autarquia informou que "a equipe de técnicos era formada anteriormente por oito engenheiros e atualmente é composta por apenas três engenheiros, sendo um engenheiro eletricista e dois engenheiros civis". A AGR também argumenta a redução se deu por dois fatores: "Saída de técnicos por questões pessoais, como aprovação em outros concursos e mudança para outros órgãos dentro da estrutura do Estado" e "ausência de novos concursos". Procurada pela coluna, a agência informa que dois técnicos foram incorporados à equipe. Diz ainda que "o aumento do quantitativo de pessoal, atualmente, esbarra nas disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal" e que "tem correspondido, tecnicamente, às fiscalizações pertinentes aos serviços de energia elétrica".

Secult Goiás e ABC firmam parceria em projeto que valoriza os municípios

O secretário de Cultura (Secult Goiás), Adriano Baldy, esteve na Agência Brasil Central (ABC), na quarta-feira (08/010), a convite do presidente José Roberto Leão, para dar início efetivo à parceria entre Secult Goiás e a Agência. Na ocasião, foram apresentadas pela equipe da ABC as propostas das primeiras ações do projeto que visa a veiculação de conteúdos culturais sobre os municípios goianos na TV Brasil Central e nas rádios Brasil Central AM e RBC FM.

Para Adriano Baldy, a iniciativa dá passos importantes na valorização do Estado de Goiás. "Por muito tempo, o foco das notícias ficou nos centros urbanos, aqueles locais que já têm desenvolvimento urbano e econômico. É hora de valorizar, apoiar, incentivar e tornar conhecidas, também, a história, a cultura e os potenciais das pequenas cidades goianas", afirmou. "Estamos lisonjeados de fazer parte desse projeto, que crescerá e trará frutos, principalmente para as comunidades", ressaltou Baldy.



Reunião propõe ações de projetos culturais em municipios Goianos

Na oportunidade, Baldy destacou a relevância do engajamento da ABC na parceria. "A Agência tem toda a expertise, equipamentos, parque tecnológico, para garantir o êxito nesse projeto. Nós, da Secult, temos muitas ideias, muitas propostas e aceitamos os desafios", disse.

Sobre as dificuldades financeira não apenas a Cultura, mas o Estado e o país têm enfrentado, Baldy ressalta que é possível superar. "Haja vista a forma como o nosso governador Ronaldo Caiado assumiu o Estado, com todas as dificuldades e um grande déficit e vem superando e mudando todo o quadro, nós também estamos correndo atrás de recursos", frizou. Desde dezembro, quando assumiu a pasta, Baldy tem ido frequentemente à Brasília, em busca de recursos federais e emendas parlamentares.

Para além dos recursos publicou, o secretário também destaca a possibilidade de busca entre as diversas empresas privadas que apoiam o setor cultural e o setor de comunicação. "Precisamos buscar parcerias, principalmente como esta da Secretaria da Cultura e a ABC, dentro do governo, para a gente criar uma sinergia, para potencializar e maximizar as nossas ações", finalizou Baldy.

Participaram da reunião o presidente José Roberto Leão, a diretora de Telerradiodifusão, Imprensa Oficial e Site, Elizeth Araújo, o coordenador de Telejornalismo, Dyego Spíndola, e o gerente de Gestão e Finanças, Cláudio Orem.

Ipasgo supera crise financeira e fecha 2019 com superávit de R$ 65 milhões

Resultado é inédito nos últimos cinco anos; Desde 2014, o instituto estava com as contas anuais no vermelho

Da Redação



Houve um crescimento positivo na receita de 26%, que representou R$ 359,3 milhões a mais

Ajustes de contas e medidas modernas de gestão transformaram o panorama financeiro do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo) que fechou o ano de 2019 com superávit de R$ 65 milhões. O resultado é inédito nos últimos cinco anos. Desde 2014, o instituto estava com as contas anuais no vermelho.

Ao total, houve um crescimento positivo na receita de 26%, que representou R$ 359,3 milhões a mais. Por outro lado, os gastos com despesas operacionais foram reduzidos em 12%.

Em janeiro do ano passado, assim que o governador Ronaldo Caiado assumiu a gestão do Estado de Goiás, o Ipasgo estava com um déficit de R$ 152.839.673,92. Além disso, havia saldo a receber do Governo do Estado que se acumulava, desde 2002, e estava na casa de R$ 183,4 milhões referentes aos programas de saúde desenvolvidos instituto.

O Ipasgo também estava com dívidas junto aos prestadores de serviços credenciados, que estavam sem receber há quase quatro meses. Os atrasos eram referentes ao período de setembro a dezembro de 2018 e os valores chegavam a R$ 122,9 milhões. O não pagamento poderia inviabilizar o atendimento de cerca de 627 mil usuários, que utilizam o plano em todo o Estado.

O presidente do Ipasgo, Silvio Fernandes, explica que o cenário inicial de 2019 era sombrio. Em janeiro, o órgão, comparativamente, estava gastando, por mês, R$ 10,5 milhões a mais do que era arrecadado. "A projeção inicial para 2019 era de crescimento do déficit, caso medidas modernas de gestão não fossem aplicadas. No entanto, tomamos medidas sérias e transparentes e conseguimos reverter esse quadro".

Corte de gastos

As primeiras medidas tomadas por Silvio Fernandes visavam a redução dos custos operacionais do órgão. Após a revisão de contratos, acordos, convênios e parcerias, o órgão alcançou, ainda no primeiro semestre, uma economia de, em torno, de R$ 50 milhões nos gastos com despesas administrativas.

Em outra frente foram iniciadas negociações com o governo de Goiás para o repasse das contribuições, que foram deixadas em atraso pela gestão anterior. Entre outubro e dezembro de 2018, não foram repassados R$ 89,262 milhões ao órgão. Além de quitar as dívidas, o governador Ronaldo Caiado regularizou os repasses.

O pagamento de 14 folhas salariais, ao longo de 2019, pelo governador Ronaldo Caiado ao funcionalismo público, também impactou positivamente nas contas do Ipasgo. Outro ponto favorável foi que, pela primeira vez, após 18 anos, o Governo de Goiás pagou regularmente, dentro do exercício anual, os valores referentes ao Programa de Apoio Social (PAS), aos serviços assistenciais prestados a vítimas do Césio 137 ou pensionistas e os gastos referentes a aposentados antes da emenda Constitucional de 19/1997. Os pagamentos referentes ao período de janeiro a dezembro de 2019 somaram cerca de R$ 17.564.214,26 a mais no caixa do Ipasgo.

"O Ipasgo cortou gastos, modernizou a gestão e saiu de um déficit operacional para um superávit. Hoje, o Ipasgo está sustentável, viável e o usuário tem segurança no atendimento", garante Fernandes. Além dos ajustes nas finanças, medidas para coibir fraudes auxiliaram na recuperação financeira.

Ao longo do ano, desvios de recursos descobertos pelas auditorias internas culminaram nas operações policiais Morfina e Metástase, que investigam fraudes que podem ter desviado mais de R$ 500 milhões do órgão entre 2011 e 2018. "Sabemos que esses casos emblemáticos de fraudes e desvios impactaram negativamente nos gastos assistenciais dos últimos dez anos. Mas agora estamos atuando para corrigir desvios e evitar desperdícios. O governo de Goiás está estabelecendo novas ferramentas de controle, de gestão de riscos e isso vai favorecer cada vez mais as contas do Ipasgo".

Auditoria aponta 281 obras do Goiás na Frente paradas

PREFEITURAS Após vistorias em 339 execuções de convênios em 216 municípios, governo identifica 128 trabalhos paralisados e sem funcionalidade e 153 em uso, mesmo sem conclusão

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

Desde a publicação de decreto que suspendeu a execução de convênios do Estado, técnicos da Secretaria de Indústria e Comércio (SIC) do Estado realizaram 339 vistorias em obras iniciadas em 216 cidades com recursos do Goiás na Frente. Dados da Secretaria de Governo apontam que, durante a auditoria, foram encontradas 128 obras paralisadas sem funcionalidade. Entre as intervenções realizadas com recursos do programa, também existem 153 que foram paralisadas, mas são usadas pela população, como ruas e avenidas recapeadas, por exemplo.

O Goiás na Frente foi lançado em 2017 e firmou 381 convênios com 221 prefeituras ao longo dos governos dos tucanos Marconi Perillo e José Eliton. Os contratos somam R$ 500 milhões, que seriam destinados para obras de infraestrutura e aquisição de equipamentos. Na época do lançamento, a promessa era de investimentos de cerca de R$ 6,1 bilhões.

> *"É uma situação triste, mas os menos culpados são os prefeitos, que acharam que teriam o dinheiro"*
>
> **Paulo Sérgio de Rezende (PSDB), prefeito de Hidrolândia e presidente da AGM**

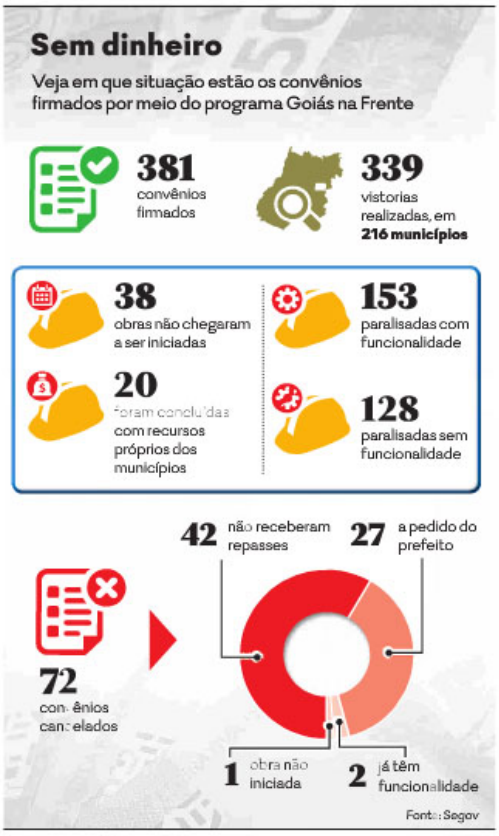
Reportagem publicada pelo POPULAR mostrou que, do total de contratos assinados, apenas R$ 166 milhões foram repassados aos municípios, valor que representa 34% do total. Desde o início do governo de Ronaldo Caiado (DEM), em janeiro de 2019, nenhum valor foi repassado aos municípios.

O objetivo das vistorias realizadas desde o ano passado é a conclusão dos contratos, mesmo sem o pagamento total, para que os municípios possam prestar contas e ter segurança jurídica ao procurar recurso em outras fontes, como o governo federal ou emendas parlamentares.

De acordo com o decreto do ano passado, as prefeituras têm a opção de encerrar o convênio, se a obra já estiver concluída ou se não foi iniciada. Se não estiver concluída e tiver funcionalidade, a obra deve ser entregue na fase atual, ou, caso a obra não esteja concluída, mas a prefeitura tenha recursos próprios, poderá dar continuidade a ela. Desde abril de 2019, 72 convênios foram cancelados, 27 a pedido dos prefeitos.

Presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM) e prefeito de Hidrolândia, cidade da Região Metropolitana de Goiânia, Paulo Sérgio de Rezende (PSDB), foi um dos que decidiram cancelar o convênio após o Estado divulgar que os valores previstos em contrato não seriam quitados. Em Hidrolândia, o contrato era de cerca de R$ 2 milhões. Segundo Paulo Sérgio, o objetivo era construir uma escola no distrito de Nova Fátima, recapear ruas e melhorar a iluminação pública. O município recebeu apenas R$ 467,1 mil do valor total.

A obra da escola em Nova Fátima foi iniciada com recursos do programa, mas será finalizada com recursos da própria prefeitura. "Vi a decisão com maus olhos. É uma obra que a comunidade estava esperando e vai fazer diferença. Eu consegui economizar para terminar, mas muitos prefeitos, não. É uma situação triste, mas os menos culpados são os prefeitos, que acharam que teriam o dinheiro", diz Paulo Sérgio.



Apesar de o município de Bonfinópolis, também localizado na Região Metropolitana, entrar na lista das quatro cidades que receberam o valor integral em um convênio do Goiás na Frente, um segundo contrato com o Estado por meio do programa, em que eram previstas verbas de emenda parlamentar, não teve nenhum repasse e foi cancelado. O prefeito Kelton Pinheiro (PSDB) afirma que recebeu R$ 1 milhão do Goiás na Frente, valor utilizado em obras de infraestrutura.

Situação semelhante ocorreu com Jesúpolis, que também recebeu R$ 1 milhão, utilizado em obras de infraestrutura, mas também teve outro contrato cancelado por ausência total de repasses.

Mundo Novo e Sítio D'Abadia receberam todo o valor do convênio, R$ 1 milhão cada uma. Os valores foram aplicados em pavimentação asfáltica, aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e academia ao ar livre.

DIÁLOGO

O prefeito de Perolândia, Jhonatta Cortez da Silva, cobra diálogo do governo estadual com os prefeitos. Ele iniciou obra de galeria pluvial na cidade com a expectativa de receber R$ 1,3 milhão do governo estadual.

"Tivemos problema com documentação, mas conseguimos resolver. No fim das contas, só recebemos uma parcela. Precisei terminar a obra com dinheiro do município, então precisei fazer modificações e ficou bem menor do que era previsto. O Estado só disse que ia terminar com o convênio. Decreto não é diálogo", afirmou o prefeito.

Prefeitos criticam decisão do Estado

"Quando eu cheguei à prefeitura, tinha dívidas para pagar. Eu assumi. Gestão é assim. A dívida do Estado com os convênios do Goiás na Frente é problema do novo governador." É o que afirma o prefeito de Chapadão do Céu, Rogerio Pianezzola, conhecido como Rogério Graxa (PP). Ele conta que o convênio do programa com a prefeitura era de R$ 1 milhão e seria usado em pavimentação e recapeamento. "Recebi pouco mais da metade. Falaram que não seria mais pago e tive que continuar com recursos próprios", disse o prefeito.

Fábio Correia (sem partido) é prefeito de Cidade Ocidental e diz que o atual governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), tomou uma decisão política ao determinar o fim dos repasses do programa. "Foi pela desconfiança em relação ao governo anterior. Mas quando o contrato foi feito, com parecer jurídico, deixa de ser particular. É independente do governo que entrar. Se o governador desconfiava, poderia ter feito fiscalização,

> *"A dívida do Estado com os convênios do Goiás na Frente é problema do novo governador"*
>
> **Rogerio Pianezzola (PP), prefeito de Chapadão do Céu**

auditar. A forma como foi realizado, é política. Mas temos que falar de gestão", disse Fábio. Cidade Ocidental firmou contrato com o Goiás na Frente de R$ 8 milhões e recebeu R$ 3 milhões.

O Goiás na Frente tem sido alvo de constantes críticas de Caiado e auxiliares desde o início do mandato, em especial do secretário de Governo, Ernesto Roller, que comanda a pasta que concentra as informações em relação ao programa. Em entrevista ao POPULAR na semana passada, Roller classificou o Goiás na Frente como "demonstração do desajuste e desequilíbrio promovido no Estado ao longo dos últimos anos".

Questionado sobre a possibilidade de um programa semelhante ser lançado no futuro, Roller disse que "com todo o trabalho que tem sido feito" tem certeza que a oportunidade surgirá nos próximos anos.

"Neste momento não há previsão porque precisamos estar com a saúde financeira do Estado em dia para estabelecer novos compromissos", disse.

Orquestra Filarmônica de Goiás não vai acabar, garante Secult

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Cultura (Secult Goiás), garante que a Orquestra Filarmônica de Goiás não vai acabar. Nesse sentido, esforços vêm sendo realizados para a manutenção da Orquestra Filarmônica e também do renomado e qualificado corpo sinfônico, priorizando um modelo econômico e de bom custo-benefício.

Os contratos temporários dos músicos estão vigentes e a Advocacia Setorial da Secult já analisa uma forma de regularizar o quanto antes as contratações definitivas. Em relação à recomendação do Tribunal de Contas do Estado - TCE/GO, a Secult fez o requerimento de um prazo adicional, até que a forma de gestão seja definida.

A Orquestra Filarmônica de Goiás está em pleno funcionamento e com o calendário 2020 definido. Para esse ano, o corpo sinfônico realizará 21 concertos no primeiro semestre, entre temporada principal, concertos de câmara, didáticos e turnê estadual. A primeira apresentação da agenda ocorrerá no Centro Cultural Oscar Niemeyer no dia 12 de março, com reapresentação em Anápolis, dia 13 de março. A participação no Festival de Inverno de Campos do Jordão, que acontece em julho, está confirmada. A direção artística e regência titular da Filarmônica continuam sob a responsabilidade do maestro Neil Thomson.



Governo garante que não acabará com a Orquestra Filarmônica

A Orquestra, mais do que nunca, continuará com sua nobre missão de democratizar a cultura e a arte por meio da música e de espetáculos acessíveis a todas as classes sociais e idades.

Relevância no cenário musical brasileiro

A Orquestra Filarmônica de Goiás é considerada hoje um dos três corpos sinfônicos mais relevantes do cenário musical brasileiro. Esse reconhecimento se deve a diversos fatores, entre eles a excelência artística dos músicos e musicistas, à trajetória do Regente Titular Neil Thomson e às experiências culturais que ela proporciona à população goiana por meio de seus concertos, apresentações em parques, igrejas, centro comerciais, ambientes acadêmicos, entre outros. Um dos destaques da Filarmônica é o seu comprometimento com a educação de crianças e jovens, sendo que, através dos Concertos Didáticos, oferece práticas educacionais lúdicas.

O ano de 2019 foi frutífero para a Orquestra, que realizou de março à dezembro, 44 eventos entre concertos, turnês e apresentações didáticas. A Filarmônica também participou do prestigiado Festival de Inverno de Campos do Jordão, dentre outras. Essas atividades reuniram um público médio de 20 mil pessoas em 2019.

Com recursos do Fundeb, 91% das escolas de ensino médio goianas têm bibliotecas ou salas de leitura

Eduardo Pinheiro

Números compilados para Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) mostram que 91% das escolas públicas de Goiás possuem bibliotecas ou salas de leitura. A média nacional é de 86%. A avaliação foi elaborado pelo Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), com dados pormenorizados da infraestrutura das escolas em todo o Brasil.

O **Tribunal de Contas do Estado** (TCE-GO) é o órgão que fiscaliza a estrutura do ensino médio, cabendo ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO) avaliar as escolas de ensino fundamental. Os dados, em geral, mostram que as escolas públicas de ensino fundamental e médio de Goiás estão dentro da média nacional.

Um exemplo é que Goiás é um dos 20 estados brasileiros que tem cobertura de mais de 90% de internet em seus estabelecimentos de ensino médio.

Os dados mostram ainda que o laboratório de ciências está presente em menos da metade das escolas brasileiras que oferecem turmas de ensino médio aos alunos. Em Roraima, Tocantins, Acre e Amapá, não chega a 25% das escolas. Em Goiás, o índice é de 32%.

A intenção do levantamento é oferecer subsídios para que os órgãos de controle possam fiscalizar a situação dessas redes de ensino.

Público X Privado

No geral, as escolas privadas costumam apresentar estruturas mais completas aos estudantes. A desagregação dos números entre escolas das redes pública e privada identifica um maior percentual de escolas públicas desprovidas de estruturas, como laboratório de ciências e biblioteca no país.

No entanto, há estados que apresentam realidades similares nos dois grupos de escolas, públicas e privadas, em termos de quantidade de escolas que oferecem determinada estrutura a seus alunos. Por exemplo, Goiás, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Paraná e Minas Gerais dispõem de biblioteca aos alunos em mais de 90% dos estabelecimentos.

Dos quesitos avaliados, as escolas públicas do ensino médio só ganham das particulares em Goiás em acessibilidade (76% contra 73%) e laboratórios de informática (72% contra 61%). Nos demais, a vantagem sempre é do ensino privado.

Mudanças

Os números são publicados em um momento em que o Fundeb passa por revisão. O governo federal promete encaminhar ao Congresso Nacional proposta de mudança nas regras de financiamento do ensino básico. Na última quinta (9), ao apresentar as realizações do Ministério da Educação (MEC) em 2019, o ministro Abraham Weintraub disse que o governo não desistiu de ver aprovada sua própria proposta de aumento da contribuição da União para o fundo.

O governo federal discorda da minuta que a relatora do projeto que tramita em comissão especial na Câmara, deputada federal Professora Dorinha (DEM-TO), apresentou em setembro de 2019. No texto, a relatora propôs que o percentual da contribuição da União para o Fundeb passe dos atuais 10% para 15% em 2021, com acréscimos anuais de 2,5 pontos percentuais até chegar a 40% em 2031. O ministro Abraham Weintraub defende que o percentual dos recursos que a União repassa a estados e municípios aumente dos atuais 10% para 15%.

"Imaginar que será possível criar, em um passe de mágica, uma contraproposta à altura, é subestimar o brasileiro e brincar com coisa séria", criticou Dorinha. "O Parlamento não vai pagar essa conta e, certamente, não se responsabilizará pelo desmonte da educação básica", afirmou.

Site: https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/com-recursos-do-fundeb-91-das-escolas-de-ensino-medio-goianas-tem-bibliotecas-ou-salas-de-leitura-231000/

CGE leva estudantes para conhecer sede da Microsoft em São Paulo

A Controladoria-Geral do Estado de Goiás (**CGE**) levará quatro estudantes de escolas públicas participantes do projeto Estudantes de Atitude para visitar a sede da Microsoft no Brasil, na cidade de São Paulo.

Os alunos conhecerão o escritório da Microsoft com foco nos conceitos de acessibilidade, sustentabilidade, inclusão e espírito de colaboração entre seus funcionários. Temáticas presentes e estimuladas no projeto Estudantes de Atitude, voltado para o desenvolvimento e construção de uma cultura política cidadã e transformadora nos estudantes da rede pública de ensino do Estado de Goiás.

Os quatro estudantes sorteados para a viagem foram Ester Cássia Marques Mendonça e Fernando Ferreira Fabino, da Escola Estadual Brasil Ramos Caiado - Araguapaz; Luiz Afonso dos Santos Neto, do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás - Itauçu; e Nicolli Emanuele Santos de Morais, da Escola Simino Rodriques de Siqueira - Aparecida de Goiânia.

Os alunos, que foram escolhidos em sorteio no dia 19 de novembro do ano passado, participaram de uma etapa do Estudantes de Atitude que consistia num game realizado dentro do aplicativo Kaizala, da Microsoft.

Estudantes de atitude

O Estudantes de Atitude é uma realização do **Governo de Goiás**, sob a coordenação da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) e da Secretaria de Estado da Educação (Seduc). Resumidamente, o projeto é uma gincana que viabiliza, por meio de várias etapas, como oficina, auditoria cívica, experiência cultural, missão especial e tarefa especial, o olhar e a intervenção nos espaços públicos - no caso a escola - a partir de uma perspectiva cidadã.

Em breve, será lançada a edição 2020 do projeto. Fique de olho!

Site:
http://www.controladoria.go.gov.br/cge/noticias/23664-cge-leva-estudantes-para-conhecer-sede-da-microsoft-em-sao-paulo

PREVIDÊNCIA ESTADUAL

Rombo de R$ 2,9 bi compromete educação, saúde e segurança

Déficit financeiro compromete educação, saúde e segurança, além de afetar trabalhador comum que nada usufruirá de pensão ou seguridade. Pagamento de aposentadorias pode ser comprometida

HELTON LENINE



Cristiane Schmidt: medidas para recuperar economia

A reforma da previdência precisa ser realizada com urgência nos Estados. E o motivo é simples: nas últimas três décadas, o Brasil adotou um modelo equivocado de aposentadoria, principalmente para os servidores públicos. O rombo encontrado em Goiás, por exemplo, é um dos maiores do país: em dez anos, goianos terão que tirar R$ 6 bilhões de áreas prioritárias de investimento para pagar pensões e aposentadorias.

O economista Paulo Tafner, principal especialista na questão previdenciária brasileira, alertou os goianos para o risco de perder tempo: "Goiás, como qualquer outro Estado, virou uma grande folha de pagamento. Temos que fazer reforma porque essa situação determina a falência do Estado de Goiás".

A conta não fecha: os recursos são arrecadados de todos goianos, mas apenas os servidores terão direito de seus benefícios. Este equívoco começou nas décadas passadas, pois até 1996 o servidor não pagava nenhuma contribuição e sua aposentadoria, ao contrário dos demais trabalhadores, era um prêmio dado pelo Estado. Por isso a falta de técnica previdenciária levou Goiás ao déficit. Já é unânime um fato: a reforma tem que ser feita. Até os servidores públicos concordam.

Aprovada na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) em dezembro de 2019, a reforma tornou-se nos últimos dias objeto de liminar de um grupo de deputados que jamais pensou em reformar o sistema que pode quebrar Goiás. Em vez disso, sem mostrar a realidade, preferem esconder os dados reais.

Se a Justiça parar a reforma, ela própria poderá ter problemas no futuro, como não receber pensão, já que é uma das folhas mais caras do Estado. Hoje a Goiasprev, responsável por gerir o sistema, anuncia dificuldades para manter os pagamentos em dia. A importância da reforma vai além dos próprios servidores. A questão da previdência atinge outros setores da economia do Estado.

A secretária de Economia, Cristiane Schmidt, já avisou em linguagem popular: não existe almoço grátis. Alguém terá que pagar o rombo. "Contenção de despesas faz parte da operacionalização de qualquer economia".

Apesar de nem todos terem acesso aos benefícios da previdência estadual – o chamado Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) – todos goianos já nascem com uma dívida de R$ 670 para a previdência.

Prejuízos

De acordo com Goiásprev, existem aproximadamente 9 mil servidores inativos que nunca contribuíram na atividade e que recebem proventos de R$ 6 mil. Nos últimos anos ocorreu aumento das contribuições. Em 1996 a alíquota contributiva era de 6%, depois passou para 11%, em 2000. Pulou para 13,25% em 2012 e bateu a alíquota de 14,25%, em 2016.

Os problemas começam no desequilíbrio das gestões anteriores, que não se atentaram para a redução do número de servidores: nos últimos 14 anos, os pensionistas e inativos aumentaram em 73%. Hoje, existem 66 mil inativos em face de 63 mil ativos. No início da década passada eram 70 mil ativos e 31 mil inativos.

O Governo de Goiás aposentou, há dois anos, 2.700 pessoas entre civis e militares. No mesmo período, foram concedidas 820 pensões. Portanto, o povo goiano paga hoje mais servidores públicos inativos do que em atividade.

A realidade era bem diferente em 2004, por exemplo, quando os inativos eram menos de 30 mil e os ativos estavam na casa dos 80 mil servidores. E a questão tende a se agravar mais na próxima década: em dez anos, 44,39% dos segurados que estão atualmente ativos já poderão se aposentar. No caso dos militares, 34,25% deles poderão seguir para a reserva remunerada.

Todos estes dados desanimadores fecham com os números gerais da dívida: em 2018, o déficit da previdência goiana era de R$ 2,5 bilhões. Um ano depois chegou a R$ 2,9 bilhões. Em dez anos, será um rombo de R$ 6 bilhões ao ano. Ou seja, o déficit mensal saltou de R$ 86 milhões em janeiro de 2010 para R$ 230 milhões em setembro de 2019.



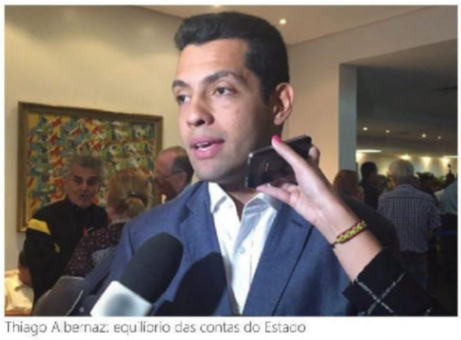
Paulo Tafner: reformas para evitar caos financeiro

Goiás gasta 86% da receita com folha de pagamento

Após pagar previdência e salários de servidores, o Governo de Goiás diz que resta pouco para áreas prioritárias, caso da saúde, educação e segurança pública. Ele consome 86% da receita com folha de pagamento Além do rombo da previdência, uma folha de R$ 1,3 bi ajuda a dificultar ainda mais a situação do Estado.

O atual governo tem sobrevivido com o fundo dos depósitos judiciais e socorros federais. Por isso Paulo Tafner chega a assustar com sua constatação: "A situação aqui em Goiás é de estágio crítico"

Thiago Albernaz:"É um remédio muito amargo, mas necessário"



Thiago Albernaz: equilíbrio das contas do Estado

Ao votar favorável à Proposta de Emenda Constitucional da Reforma da Previdência Estadual, chamada PEC da Previdência Estadual, o deputado estadual Thiago Albernaz (SD) ressaltou a importância da matéria discutida, o efeito para os servidores públicos e a necessidade das mudanças que, segundo ele, são de extrema urgência para a saúde das contas públicas estaduais. "É um remédio muito amargo para os servidores, mas necessário para a saúde financeira do Estado. A Assembleia Legislativa discutiu a matéria mais importante dos últimos tempos, que dará vida para o Estado nos próximos dez anos", declarou Thiago Albernaz.

O Supremo Tribunal Federal (STF) prorrogou por mais três meses o pagamento das dívidas do Estado com bancos, tendo em vista o comprometimento do governo na busca por mecanismos para reequilibrar a economia goiana. Os projetos de reforma do Estatuto do Servidor, Magistério e Previdência foram citados no documento, que altera o prazo de 6 de janeiro para 6 de abril.

Ao comentar a decisão do STF, o deputado destacou a relevância do diálogo em torno de toda a discussão da matéria e ressaltou que é preciso priorizar a racionalidade, além de se esquivar de mentiras e inverdades sobre o assunto debatido. Para Albernaz, é difícil tratar da proposta, por afetar diretamente centenas de servidores públicos, no entanto, o debate sobre a importância dos ajustes deve ser preponderante.

"Não podemos apenas pegar o microfone e atirar os números no ventilador. É preciso ter verdades nas suas falas para ganharmos credibilidade, uma vez que todo Estado nos acompanha e a sociedade espera essa postura de nós", explica Albernaz.

De acordo com o deputado, dados do governo estadual apontam que, embora exista uma tentativa de culpabilização dos servidores comissionados e temporários, esse grupo representa apenas 7% da folha de pagamento do Estado. O restante é direcionado ao pagamento do servidores públicos concursados.

"O gasto total líquido para pagamento de folha de funcionário é cerca de 87% da receita líquida, podendo chegar a 99% de tudo que o Estado arrecada. Ou seja, o Estado se encontra totalmente inviabilizado dentro da sua gestão, por conta do inchamento da folha de pagamento que temos tido ao longo dos anos."

Para Albernaz, embora cause insatisfação nos servidores e desconforto nos deputados que apoiam as medidas, era necessário ter coragem para garantir o reequilíbrio econômico de Goiás. "Não podemos mais deixar que praticamente todo o valor destinado à Educação, Saúde e outras áreas prioritárias seja destinado somente ao pagamento da folha salarial", salientou, ao citar a discussão feita durante este ano em âmbito nacional com apoio da sociedade.

Para exemplificar os gastos acima do teto com as folhas salariais, Albernaz expôs que, dos R$ 650 milhões investidos mensalmente na Educação, cerca de 70% resulta no pagamento de folha de funcionário, e o que restante pode não cobrir o pagamento de estrutura. Na Saúde, a situação é semelhante, com 66% dos R$ 316 milhões destinados mensalmente à folha de pagamento.

Governo considera acatar sugestões de empresários ao ProGoiás

Discussões ocorrerão no próximo mês e eventuais mudanças no texto não vão alterar a essência do projeto

Venceslau Pimentel



Secretária da Economia, Cristiane Schimidt afirma que o governo já acabou boa parte das propostas das entidades classistas

As novas regras para a concessão de incentivos fiscais, que constam no texto do projeto de lei que o governador Ronaldo Caiado (DEM) enviou, em dezembro, à Assembleia Legislativa, como forma de reduzir distorções, diminuir a renúncia de receita no Estado e buscar o equilíbrio entre receita e despesas, levaram a Secretaria de Economia a considerar sugestões apresentadas pelo Fórum de Entidades Empresariais.

Como a proposta que institui o ProGoiás está sob pedido de vista de deputados, majoritariamente da oposição ao governo, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), o líder do Governo, deputado Bruno Peixoto (MDB), já adiantou que a proposta pode ser alterada para atender sugestões do meio empresarial.

As mudanças ao texto, no entanto, não deverão alterar a essência do projeto de lei, já que a secretária já informou que o governo acatou boa parte das propostas da entidade classista quando da elaboração do anteprojeto, que ela estima em 98%, antes de o mesmo ser encaminhado a Alego.

Por isso, a equipe econômica do governo resiste em abrir mão de dar andamento, por completo, dos novos pedidos de concessão de incentivos, ao largo da Secretaria de Indústria e Comércio, comandada pelo ex-senador Wilde Morais, presidente do Partido Republicano da Ordem Nacional (PROS).

A queda de braço se dá pelo fato de a Secretaria de Economia ter o controle da situação fiscal do Estado, com base em critérios exclusivamente técnicos. E que, por isso, não estaria sujeita a pressões políticas, o que não ocorreria com a pasta comandada por Wilder Morais.

Qualquer alteração ao projeto original vai depender das rodadas de conversações entre o governo e o setor empresarial, que devem ser discutidas em fevereiro, quando a Assembleia retoma os trabalhos em plenário.

Outra questão que preocupa os empresários está no texto do artigo 6º do projeto, que diz que é vedada a utilização do crédito outorgado previsto no artigo 5º, que diz que fica concedido ao estabelecimento industrial enquadrado no ProGoiás crédito outorgado do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), em percentuais discriminados, aplicáveis sobre o valor positivo resultante do confronto entre os débitos e os créditos do imposto, relacionados às operações com produtos de industrialização própria incentivadas pelo programa.

O percentual é de até 67% para o estabelecimento localizado em município classificado como prioritário de acordo com estudo socioeconômico realizado por entidade estadual especializada, relacionados em regulamento; e até 64% para o estabelecimento localizado nos demais municípios.

A vedação, portanto, prevista no artigo 6º, atinge estabelecimento beneficiário dos Programas Fomentar ou Produzir, bem como por beneficiários dos subprogramas deste, e ainda por estabelecimento já implantado até a data de publicação desta Lei. Também ficarão de fora estabelecimentos que produza álcool derivados da cana-de-açúcar artefatos de madeira, exceto móveis e outros produtos com elevado grau de industrialização, café torrado, moído ou não, exceto o produto embalado a vácuo.

A medida também alcança empresas da construção civil, estabelecimento gerador de energia elétrica; e nas operações com produtos resultantes do beneficiamento elementar ou primário dos que são de origem vegetal, animal ou extrativa mineral; da matança de animais em estado natural ou simplesmente resfriados ou congelados, ainda que embalados a vácuo, dentre outros setores.

Mesmo o projeto de lei liste os produtos, as operações e as atividades excluídos do novo programa, Ronaldo Caiado diz que pode afastar essas vedações, mediante decreto, desde que por relevante interesse econômico, social ou fiscal e para propiciar melhor aproveitamento de cadeia produtiva existente no Estado. "Dessa forma, o ProGoiás poderá ser concedido, por exemplo, a usinas de álcool, torrefação de café, frigoríficos, entre outros".

Ipasgo supera crise financeira e fecha 2019 com superávit de R$ 65 milhões

Ajustes de contas e medidas modernas de gestão transformaram o panorama financeiro do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo) que fechou o ano de 2019 com superávit de R$ 65 milhões. O resultado é inédito nos últimos cinco anos. Desde 2014, o instituto estava com as contas anuais no vermelho.

Ao total, houve um crescimento positivo na receita de 26%, que representou R$ 359,3 milhões a mais. Por outro lado, os gastos com despesas operacionais foram reduzidos em 12%.

Em janeiro do ano passado, assim que o governador Ronaldo Caiado assumiu a gestão do Estado de Goiás, o Ipasgo estava com um déficit de R$ 152.839.673,92. Além disso, havia saldo a receber do Governo do Estado que se acumulava, desde 2002, e estava na casa de R$ 183,4 milhões referentes aos programas de saúde desenvolvidos instituto.

O Ipasgo também estava com dívidas junto aos prestadores de serviços credenciados, que estavam sem receber há quase quatro meses. Os atrasos eram referentes ao período de setembro a dezembro de 2018 e os valores chegavam a R$ 122,9 milhões. O não pagamento poderia inviabilizar o atendimento de cerca de 627 mil usuários, que utilizam o plano em todo o Estado.

O presidente do Ipasgo, Silvio Fernandes, explica que o cenário inicial de 2019 era sombrio. Em janeiro, o órgão, comparativamente, estava gastando, por mês, R$ 10,5 milhões a mais do que era arrecadado. "A projeção inicial para 2019 era de crescimento do déficit, caso medidas modernas de gestão não fossem aplicadas. No entanto, tomamos medidas sérias e transparentes e conseguimos reverter esse quadro".

As primeiras medidas tomadas por Silvio Fernandes visavam a redução dos custos operacionais do órgao. Após a revisão de contratos, acordos, convênios e parcerias, o órgão alcançou, ainda no primeiro semestre, uma economia de, em torno, de R$ 50 milhões nos gastos com despesas administrativas.

Em outra frente foram iniciadas negociações com o governo de Goiás para o repasse das contribuições, que foram deixadas em atraso pela gestão anterior. Entre outubro e dezembro de 2018, não foram repassados R$ 89,262 milhões ao órgão. Além de quitar as dívidas, o governador Ronaldo Caiado regularizou os repasses.

O pagamento de 14 folhas salariais, ao longo de 2019, pelo governador Ronaldo Caiado ao funcionalismo público, também impactou positivamente nas contas do Ipasgo. Outro ponto favorável foi que, pela primeira vez, após 18 anos, o **Governo de Goiás** pagou regularmente, dentro do exercício anual, os valores referentes ao Programa de Apoio Social (PAS), aos serviços assistenciais prestados a vítimas do Césio 137 ou pensionistas e os gastos referentes a aposentados antes da emenda Constitucional de 19/1997. Os pagamentos referentes ao período de janeiro a dezembro de 2019 somaram cerca de R$ 17.564.214,26 a mais no caixa do Ipasgo.

"O Ipasgo cortou gastos, modernizou a gestão e saiu de um déficit operacional para um superávit. Hoje, o Ipasgo está sustentável, viável e o usuário tem segurança no atendimento", garante Fernandes. Além dos ajustes nas finanças, medidas para coibir fraudes auxiliaram na recuperação financeira.

Ao longo do ano, desvios de recursos descobertos pelas auditorias internas culminaram nas operações policiais Morfina e Metástase, que investigam fraudes que podem ter desviado mais de R$ 500 milhões do órgão entre 2011 e 2018. "Sabemos que esses casos emblemáticos de fraudes e desvios impactaram negativamente nos gastos assistenciais dos últimos dez anos. Mas agora estamos atuando para corrigir desvios e evitar desperdícios. O governo de Goiás está estabelecendo novas ferramentas de controle, de gestão de riscos e isso vai favorecer cada vez mais as contas do Ipasgo".

IPASGO FECHA 2019 NO AZUL

2018

ano fechado com déficit operacional de R$ 152.839.673,92 (negativo)

2019

ano fechado com superávit de R$ 65.040.244,77 (positivo)

Em 2019, o Ipasgo teve crescimento de 26% em sua receita

Receita

2018: R$ 1.398.317.989,02

2019: R$ 1.757.694.005,77

R$ 359,3 milhões a mais no caixa do Ipasgo

Queda de 12% nas despesas operacionais

Despesas operacionais/administrativas

2018: R$ 174.864.956,27

2019: R$ 153.545.253,22

Despesas assistenciais cresceram 12%

2018: R$ 1.376.292.706,67

2019: R$ 1.539.106.488,78

Despesas totais

2018: R$ 1.551.157.662,94

2019: R$ 1.692.653.761,00

Resultado operacional

2018: - R$ 152.839.673,92 (déficit)

2019: + R$ 65.040.244,77 (superávit)

Ajustes de contas e medidas modernas de gestão transformaram o panorama financeiro do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo) que fechou o ano de 2019 com superávit de R$ 65 milhões. O resultado é inédito nos últimos cinco anos. Desde 2014, o instituto estava com as contas anuais no vermelho.

Ao total, houve um crescimento positivo na receita de 26%, que representou R$ 359,3 milhões a mais. Por outro lado, os gastos com despesas operacionais foram reduzidos em 12%.

Em janeiro do ano passado, assim que o governador Ronaldo Caiado assumiu a gestão do Estado de Goiás, o Ipasgo estava com um déficit de R$ 152.839.673,92. Além disso, havia saldo a receber do Governo do Estado que se acumulava, desde 2002, e estava na casa de R$ 183,4 milhões referentes aos programas de saúde desenvolvidos instituto.

O Ipasgo também estava com dívidas junto aos prestadores de serviços credenciados, que estavam sem receber há quase quatro meses. Os atrasos eram referentes ao período de setembro a dezembro de 2018 e os valores chegavam a R$ 122,9 milhões. O não pagamento poderia inviabilizar o atendimento de cerca de 627 mil usuários, que utilizam o plano em todo o Estado.

O presidente do Ipasgo, Silvio Fernandes, explica que o cenário inicial de 2019 era sombrio. Em janeiro, o órgão, comparativamente, estava gastando, por mês, R$ 10,5 milhões a mais do que era arrecadado. "A projeção inicial para 2019 era de crescimento do déficit, caso medidas modernas de gestão não fossem aplicadas. No entanto, tomamos medidas sérias e transparentes e conseguimos reverter esse quadro".

As primeiras medidas tomadas por Silvio Fernandes visavam a redução dos custos operacionais do órgao. Após a revisão de contratos, acordos, convênios e parcerias, o órgão alcançou, ainda no primeiro semestre, uma economia de, em torno, de R$ 50 milhões nos gastos com despesas administrativas.

Em outra frente foram iniciadas negociações com o governo de Goiás para o repasse das contribuições, que foram deixadas em atraso pela gestão anterior. Entre outubro e dezembro de 2018, não foram repassados R$ 89,262 milhões ao órgão. Além de quitar as dívidas, o governador Ronaldo Caiado regularizou os repasses.

O pagamento de 14 folhas salariais, ao longo de 2019, pelo governador Ronaldo Caiado ao funcionalismo público, também impactou positivamente nas contas do Ipasgo. Outro ponto favorável foi que, pela primeira vez, após 18 anos, o **Governo de Goiás** pagou regularmente, dentro do exercício anual, os valores referentes ao Programa de Apoio Social (PAS), aos serviços assistenciais prestados a vítimas do Césio 137 ou pensionistas e os gastos referentes a aposentados antes da emenda Constitucional de 19/1997. Os pagamentos referentes ao período de janeiro a dezembro de 2019 somaram cerca de R$ 17.564.214,26 a mais no caixa do Ipasgo.

"O Ipasgo cortou gastos, modernizou a gestão e saiu de um déficit operacional para um superávit. Hoje, o Ipasgo está sustentável, viável e o usuário tem segurança no atendimento", garante Fernandes. Além dos ajustes nas finanças, medidas para coibir fraudes auxiliaram na recuperação financeira.

Ao longo do ano, desvios de recursos descobertos pelas auditorias internas culminaram nas operações policiais Morfina e Metástase, que investigam fraudes que podem ter desviado mais de R$ 500 milhões do

órgão entre 2011 e 2018. "Sabemos que esses casos emblemáticos de fraudes e desvios impactaram negativamente nos gastos assistenciais dos últimos dez anos. Mas agora estamos atuando para corrigir desvios e evitar desperdícios. O governo de Goiás está estabelecendo novas ferramentas de controle, de gestão de riscos e isso vai favorecer cada vez mais as contas do Ipasgo".

IPASGO FECHA 2019 NO AZUL

2018

ano fechado com déficit operacional de R$ 152.839.673,92 (negativo)

2019

ano fechado com superávit de R$ 65.040.244,77 (positivo)

Em 2019, o Ipasgo teve crescimento de 26% em sua receita

Receita

2018: R$ 1.398.317.989,02

2019: R$ 1.757.694.005,77

R$ 359,3 milhões a mais no caixa do Ipasgo

Queda de 12% nas despesas operacionais

Despesas operacionais/administrativas

2018: R$ 174.864.956,27

2019: R$ 153.545.253,22

Despesas assistenciais cresceram 12%

2018: R$ 1.376.292.706,67

2019: R$ 1.539.106.488,78

Despesas totais

2018: R$ 1.551.157.662,94

2019: R$ 1.692.653.761,00

Resultado operacional

2018: - R$ 152.839.673,92 (déficit)

2019: + R$ 65.040.244,77 (superávit)

Notícias Relacionadas:

7 MINUTOS - GO
Ipasgo supera crise financeira e fecha 2019 com superávit de R$ 65 milhões
365 NEWS ONLINE - GO
Ipasgo supera crise financeira e fecha 2019 com superávit de R$ 65 milhões
MEGANÉSIA - GO
IPASGO supera crise financeira e fecha 2019 com superávit de R$ 65 milhões
DIÁRIO DE APARECIDA ON-LINE - GO
Ipasgo supera crise financeira e fecha 2019 com superávit de R$ 65 milhões
JORNAL O HOJE ON-LINE - GO
Ipasgo supera crise financeira e fecha 2019 com superávit de R$ 65 milhões

Site: http://oparlamento.com.br/home/arquivos/9847